



Isabela Narente Bueno

**O livro didático de Língua Portuguesa: uma abordagem
ideológica da semântica do discurso**

Lavras – MG

2021

Isabela Narente Bueno

**O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA
ABORDAGEM IDEOLÓGICA DA SEMÂNTICA DO DISCURSO**

Artigo apresentado ao curso de
Letras/Português da Universidade Federal de
Lavras, como requisito parcial para a
obtenção do título de licenciatura em Letras.

Orientador (a): Prof. Dr. Marcio Rogério de
Oliveira Cano

Lavras – MG

2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de me graduar à distância em uma boa universidade e por ter me sustentado durante o curso. Ele é bom o tempo todo.

Agradeço também à minha família e aos meus amigos, os quais sempre me apoiaram e se alegraram comigo em cada bom resultado que tive.

Por fim, agradeço aos mestres que tanto me ensinaram ao longo da graduação. Ao meu orientador Marcio Cano, que, com muita paciência e excelência, me ajudou a construir este trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa parte da Análise Crítica do Discurso para identificar ideologias presentes em um recorte do livro didático de Língua Portuguesa, o qual foi utilizado nas turmas de 8º ano da rede pública de ensino nos anos de 2017, 2018 e 2019. A análise feita foi embasada nos pressupostos da Semântica do Discurso, de Teun van Dijk (1997) e teve como principal objetivo identificar as ideologias que perpassam o material didático usado em sala de aula. Foram detectadas ideologias dominantes referentes ao posicionamento político, além de ideologia de cunho preconceituoso.

Palavras-chave: Ideologia. Material didático. Análise Crítica do Discurso. Semântica do Discurso.

ABSTRACT

This research starts from the Critical Discourse Analysis to identify ideologies present in a clipping of the Portuguese language textbook, which was used in the 8th grade classes of the public school system in 2017, 2018 and 2019. The analysis was based on the assumptions of the Semantics of Discourse, by Teun van Dijk (1997) and had as its main objective to identify the ideologies that permeate the didactic material used in the classroom. Dominant ideologies related to political positioning were detected, in addition to prejudiced ideologies.

Keywords: Ideology. Textbook. Critical Discourse Analysis. Semantics of Discourse

Sumário

1. Introdução.....	1
2. Análise Crítica do Discurso.....	3
2.1. Ideologia	5
2.2. Semântica do discurso	6
3. O material didático	9
3.1. O livro didático no Brasil.....	9
3.2. O livro didático como objeto cultural	11
4. Metodologia	14
5. A análise do livro didático	16
5.1. Análise um: Atividades 1 e 2	16
5.2. Análise dois: Atividade 3.....	22
6. Considerações finais.....	25
7. Referências	26

1. Introdução

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca do conceito de ideologia e sua influência em materiais didáticos com base em estudos da Análise Crítica do Discurso. Tal perspectiva dos estudos discursivos é alicerçada na observação do discurso, na sociedade e nas relações de poder, e por isso, é a ciência capaz de explicar fenômenos de cunho ideológico nos mais diversos enunciados. Esta pesquisa limita-se a observar apenas discursos presentes em materiais didáticos, contemplando, mais enfaticamente, atividades transdisciplinares, com a finalidade de entender como as ideologias de um texto perpassam as páginas do livro.

Sabe-se que a sala de aula é o ambiente onde crianças e jovens devem desenvolver habilidades e viver o processo de aprendizagem. Diversos profissionais se reúnem no ambiente escolar a fim de promover um ensino contextualizado que, apesar de ser feito entre as quatro paredes da escola, se desloca para o mundo e se depara com uma sociedade de perspectivas díspares a partir do desenvolvimento de competências e habilidades. Acerca disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aponta que “competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p.8). Ainda, em outras palavras, o ensino escolar é direcionado a uma sala de aula heterogênea, possibilitando que o professor desenvolva não só habilidades que serão usadas fora da sala de aula, mas também trazer para dentro das quatro paredes aquele conhecimento adquirido por parte do aluno durante suas vivências e experiências.

Nas aulas de língua portuguesa, esse tipo de ensino é feito por meio dos gêneros textuais. Contudo, o estudo desses gêneros implica em um ensino contextualizado que amplie o conhecimento às outras áreas e, é nesse contexto, que os temas transversais ganham destaque. Eles podem ser compreendidos como

Uma proposta que inscreve diferentes abordagens temáticas nos conteúdos tradicionalmente trabalhados na escola. Essa interação de ideias e saberes possibilitam aos alunos associar as ações praticadas na escola com ações inscrita em outras instâncias sociais, estabelecendo um diálogo mais próximo entre construção do conhecimento e prática social. (AMORIM, 2016, p. 5)

A partir de então, fez-se necessário trazer para o ambiente escolar temas que permeiam a sociedade, tais como ética, meio ambiente, saúde, orientação sexual e

pluralidade cultural. Com isso, materiais didáticos ganham um teor socioemocional, o qual os impelem a pensar na transdisciplinaridade como um requisito para a criação de atividades que desenvolverão habilidades sociais. De acordo com Cano (2013) essa abordagem é

uma reflexão transdisciplinar, que nos permite entender que o processo de aprendizagem se dá além das fronteiras das disciplinas e não se localiza no seu desenvolvimento, mas transcende, assim como vai além do próprio texto. (CANO, 2013, p.38)

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo compreender como as ideologias medeiam o ensino pautado por temas transversais analisando textos de um material didático. Contudo, antes disso, é válido trazer o conceito de teorias e ciências que embasam este trabalho.

Por isso, a primeira parte deste estudo explana a Análise Crítica do Discurso (ACD) e suas implicações na produção e compreensão de textos. Em seguida, veremos o conceito de ideologia com base em Pedro (1998) e Cano (2006), além de tratarmos da semântica do discurso à luz de Teun van Dijk (1997) e Pedro (1998). Na segunda parte, veremos uma breve história do material didático no cenário brasileiro e suas políticas regulamentadoras por meio de documentos oficiais como as Políticas Nacionais do Livro Didático (PNLD), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Partindo de tais pressupostos, o presente estudo buscará identificar e analisar os textos coletados em um livro didático de língua portuguesa do 8º ano a fim de compreender as construções discursivas e ideológicas presentes no texto. Sabe-se que o livro didático visa instruir e guiar a prática docente e o aprendizado em sala de aula, mas, além disso, buscamos aqui entender quais as ideologias dominantes que guiam o aprendizado e como elas se inserem no contexto dos temas transversais.

2. Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso ou Análise do Discurso Crítica é uma vertente da Análise do Discurso diferente da linha francesa, de Maingueneau e Charaudeau (2014). Os referidos autores conceituam tal vertente da seguinte forma: “A Análise Crítica do Discurso visa estudar - para fazê-las evoluir – as formas de poder que se estabelecem, por meio do discurso entre os sexos, as raças, as classes sociais” (MAINGUENEAU; CHAREAUDEAU, 2014, p.45). Essa teoria, ainda que proveniente da linguística, tem contribuições da Sociologia e da Psicanálise com os estudos de Lacan, isto porque contém traços cognitivos e sociais.

A Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) é a área que explica práticas discursivas permeadas por relações sociais de poder. Esse fato, traz a percepção de que a ACD não tem apenas um objeto de estudo, mas vários, tornando-a multidisciplinar.

Norman Fairclough, um dos estudiosos da área, afirma que a ACD é embasada em três pilares, sendo eles: práticas sociais, práticas discursivas e práticas textuais. Segundo Onuma (2018, p.4), na abordagem faircloughiana

os sujeitos são vistos como posicionados ideologicamente, mas, ao mesmo tempo, capazes de agir de maneira criativa, realizando articulações próprias entre as ideologias e práticas a que são expostos sendo, ao mesmo tempo, efeitos ideológicos e sujeitos ativos. (ONUMA, 2018, p.588)

Em outras palavras, pode-se dizer que o primeiro pilar é o discurso, o qual é entendido como práticas de linguagem presentes na sociedade. Tais práticas de linguagem são enunciados que estabelecem códigos de comunicação entre os indivíduos. Já, o segundo pilar, é a sociedade. Visto que as práticas de linguagem estabelecem a comunicação, isso engloba dois ou mais indivíduos. Por isso, a ACD é um estudo que se firma em relações sociais, por meio das quais as práticas de linguagem são legitimadas e ganham novos sentidos constantemente. O terceiro e último ponto diz respeito às relações de poder, que são capazes de subordinar indivíduos a determinadas perspectivas mediante determinados discursos. Essas três forças são capazes de direcionar co-enunciadores a certo posicionamento e/ou perspectiva e também aplica novos significados aos discursos.

A noção de Análise Crítica do Discurso em Fairclough amplia o conceito de texto e considera a língua como um elemento constitutivo de identidades sociais. Trata-se de uma prática social que se arraiga nas relações de poder e que subordina os sujeitos. Deste modo, uma prática discursiva de domínio consiste em permitir a perpetuação da ideologia dominante, uma vez que, através da linguagem, o dominador restringe e controla – através das abreviações, cisões e autoridade de conteúdos – os sujeitos sociais. (PEREIRA, 2008, p. 2)

Após entender tais fundamentos, somos levados a uma característica inerente dos discursos. As áreas de pesquisa da ACD apontam para um caráter construtivo da linguagem, o qual é capaz não apenas de inferir significados, mas também moldar novas perspectivas e, conseqüentemente, diferentes identidades. Segundo Cano (2006, p. 2) “a Análise Crítica do Discurso vem propor um elo entre o sujeito constituído socialmente e as formas como se dão o processo individual e cognitivo de interação por meio da linguagem.”

Sabendo disso, é possível tecer um elo entre as teorias da ACD e os conceitos de ideologia e semântica do discurso. A ideologia se estabelece nesse cenário a partir da ideia de que, por ser sociocognitiva, ela exerce influência na forma como os sujeitos compreendem e produzem os discursos; A semântica do discurso investiga a ideologia em um *corpus*, analisando desde questões léxicas à pragmáticas (Pedro, 1998).

Tendo em vista tais fatos, retornamos ao que fora proposto por Fairclough (2001, 2005, 2008) e citado por Onuma (2018, p. 588). Em suma, uma análise das práticas sociais, textuais e cognitivas nos leva a compreender relações de poder mediadas por uma ideologia presente nos enunciados. Ideologia esta que, mesmo que implícita, acarreta a inferência de novos significados.

Antes de adentrarmos no conceito de ideologia, cabe citar a proposição de Pedro (1998), a qual nos introduzirá ao tema. A autora afirma que:

o modelo conceptual mais abrangente que enquadra este estudo das relações entre discurso e ideologia consiste numa análise crítica do discurso que visa tornar mais explícitas as formas como o abuso de poder, o domínio e a desigualdade estão a ser (re)produzidos por um discurso determinado pela ideologia. (PEDRO, 1998, p. 106)

Por isso, para que as relações de poder se tornem mais explícitas no *corpus* a ser analisado, é importante compreender tais ideias a fim de uni-las em um único sistema.

2.1. Ideologia

Para conceituar ideologia, partiremos das ideias propostas por Pedro (1998), embasadas em Teun van Dijk (1997). A autora propõe um conceito menos filosófico de ideologia, já que ele foi muito discutido e passou por algumas transformações ao longo dos anos. Ainda assim, a ideologia é envolta de diversos pontos, visto que sua atuação na sociedade é bastante complexa, pois, ao passo que evidencia traços individuais, ela reflete traços sociais.

Sabendo disso, podemos apontar a primeira característica da ideologia: ela é cognitiva. Isso nos possibilita entender que uma ideologia permeia as representações mentais acerca do mundo material. Para simplificar, é válido dizer que, neste contexto, a ideologia atua como lentes que levam os indivíduos a enxergarem os objetos de forma subjetiva (Pedro, 1998). Tal ideia promove a criação de significados e crenças particulares, as quais adquirem representações internalizadas.

Além de cognitiva, a ideologia também tem caráter social, já que são comuns à grupos de pessoas. Esses grupos são compostos por indivíduos cujas representações e modelos mentais são semelhantes e, portanto, tornam-se partilhadas. Ao compartilhar ideias similares, os sujeitos unem-se em prol de um interesse em comum, formando assim uma ideologia. Por se articularem em vista de interesses e auto identificação específicas, as ideologias estabelecem relações de poder e domínio mediante a outras ideologias.

Ao reunirmos os caracteres cognitivo e o social, temos um outro aspecto da ideologia, que é sua dimensão sociocognitiva. Ela é capaz de englobar características individuais e partilhadas. Pedro (1998) afirma que

À semelhança das (gramáticas, normas e regras das) línguas naturais, as ideologias são simultaneamente cognitivas – pois implicam princípios básicos de conhecimento social, apreciação, compreensão e percepção – e sociais – porque são partilhadas por membros de grupos ou instituições e estão relacionadas com interesses socioeconômicos ou políticos destes grupos (PEDRO, 1998, p.108).

Dentre as outras diversas características que compõem uma ideologia, vale citar também o aspecto de verdade ou falsidade. No capítulo de Semântica do discurso e ideologia, Pedro (1998) constata que há uma impossibilidade de julgar uma ideologia como verdadeira ou falsa. Sabendo que essas representações são elementos construídos com base em experiências e interesses pessoais, torna-se inviável alegar que elas são verdadeiras ou falsas, afinal, as representações são subjetivas e, portanto, relativas.

Ainda segundo Pedro (1998) e van Dijk (1997), além de ter graus de complexidades diferentes, uma ideologia também se manifesta de acordo com o contexto. Isso implica dizer que a cognição não é a única capaz de afetar uma ideologia, mas também o momento contextual em que ela está inserida. Por fim, a autora nos apresenta o aspecto geral e abstrato da ideologia, o que implica entender que ela está inserida em uma estrutura ampla e heterogênea.

Em vista de todas essas particularidades, cabe afirmar que a ideologia tem grande influência no discurso, mesmo que de forma implícita, pois ela está presente em representações cognitivas de mundo e, por conseguinte, na forma de apresentar os objetos por meio de enunciados. Cabe ao co-enunciador estabelecer modelos mentais para aplicar suas próprias ideologias ao discurso concebido. Entende-se por modelos estruturas subjetivas que envolvem a compreensão de um discurso. Nossas experiências geram representações, as quais são remetidas durante uma prática discursiva e acabam por orientá-la.

Com base em Pedro (1998) e van Dijk (1997), ainda é possível dizer que o modelo cognitivo tendencioso compreende e produz discursos com base ideológica, e isso se dá não só por meio de representações, mas também pela escolha do léxico, uso de determinados sintagmas, dentre outros recursos linguísticos. Cabe a nós interpretá-los e entender a forma como a ideologia constitui discursos na esfera didática.

2.2. Semântica do discurso

Agora que já vimos que as ideologias perpassam o discurso por meio de representações cognitivas, questões semânticas, lexicais etc., é necessário entender como analisá-las e identificá-las em uma situação discursiva. Para tal, a semântica do discurso propõe explicações não só acerca de estruturas concretas, mas também de

processos cognitivos de compreensão e produção de significados, assim como afirma Pedro (1998, p. 122).

Em outras palavras, Cano (2013, p. 39) sugere que

O discurso não está à disposição dos sentidos humanos concretos, mas só pode ser apreendida por uma percepção que possa chegar a outros níveis de realidade, além dos cinco sentidos; não se restringir à razão, mas também recorrer ao intuitivo, das crenças e dos arquétipos. Esse está intrinsecamente ligado a um texto pelo gênero do discurso [...] (CANO, 2013, p.39).

A semântica do discurso visa atingir todas as partes que compõem um discurso a fim de identificar as relações de poder inseridas nos ditos e não-ditos. Para isso, são usados recursos linguísticos da Análise do Discurso, os quais serão mencionados a seguir.

Um dos tópicos de observação da semântica do discurso diz respeito ao **léxico** do enunciado. A escolha e uso de determinados sintagmas revelam possíveis relações de poder.

Em síntese, e segundo esta teoria, os elementos lexicais que codificam opiniões representadas apenas em modelos, e não na cognição social, não são ideológicos. Podemos afirmar que o nosso vizinho é um canalha, mas semelhante expressão só será ideológica se, por exemplo, o nosso vizinho for negro e se nós pensarmos que ele é um canalha porque, como outros racistas, acreditamos que todos os negros, ou sua maioria, são canalhas. (PEDRO, 1998, p. 126)

Portanto, é possível identificar ideologias quando os termos utilizados na situação discursiva representam um modelo de cognição social, não apenas individual. Caso o fosse, seria impossível fazer inferências de sentido.

A semântica do discurso também observa **proposições**, isto é, estruturas mentais que se concretizam em estruturas discursivas por meio de predicados, papéis semânticos, etc. As proposições são esquemas que podem controlar o discurso ideológico.

Outros recursos utilizados na análise de ideologias em discursos são **pressuposições, implicação, nível de descrição/grau de especificidade, coerência local, movimentos semânticos, implicações** e noções de **tópico, comentário, foco**,

fundamento, importância, relevância etc. A análise do *corpus* deste trabalho será feita por meio desses pontos estabelecidos pela Semântica do Discurso.

De fato, a semântica do discurso se apresenta como uma ciência exata em meio à Análise Crítica do Discurso. É por meio dela que identificaremos, mais adiante, ideologias presentes em materiais didáticos e a forma como elas atingem os estudantes durante o estudo de temas transversais.

3. O material didático

Conforme dito anteriormente, o presente trabalho busca aplicar noções da ACD em *corpus* de um material didático e, para isso, foi selecionado o texto do capítulo 3 (4ª unidade), intitulado “Sociedade Plural” e exercícios do desse mesmo capítulo do livro de Língua Portuguesa, escrito por William Cereja e Thereza Cochar, publicado pela Editora Saraiva, selecionado e distribuído pelo Ministério da Educação às escolas da rede pública de ensino. O livro em questão é destinado às turmas de 8º ano de 2017, 2018 e 2019. Contudo, antes de prosseguirmos, é importante trazer uma breve explanação sobre o contexto livro didático. Para isso, subdividiremos esta seção de modo a tratar, primeiramente, do atual contexto deste manual escolar no Brasil a partir de Soares et al. (2011), Rangel (2015) e Lousada (2020), além da utilização de documentos oficiais, como PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

Em seguida, iremos apresentar o material como objeto cultural e documento histórico com base nas pesquisas de Ferraro (2011), Munakata (2007) e, também, Soares et al. (2011).

3.1. O livro didático no Brasil

Desde a década de 30, há políticas que regulamentam o material didático no Brasil. Após anos de existência e adaptações em tais diretrizes, o governo instituiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como órgão responsável pela adequação do livro a fim de distribuí-lo de maneira uniforme para a rede pública de ensino.

Em 1985, o FNDE cria o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o qual é “responsável pela execução das políticas do Ministério da Educação (MEC) para o setor” (RANGEL, 2015, p. 18). Ou seja, o PNLD é o programa responsável por averiguar a maneira como os livros didáticos promovem as diretrizes do Parâmetro Curricular Nacional (PCN) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – os mais importantes documentos norteadores da prática docente. Atualmente, segundo Soares et al. (2011, p. 2) “o PNLD é o maior programa mundial em distribuição gratuita deste material educativo”, o que é um motivo de orgulho para nós brasileiros, diga-se de passagem.

No entanto, cabe apresentar, de forma sucinta, como é o processo de avaliação do livro didático por parte do PNLD. Ainda de acordo com Souza et al. (2011, p. 3), o programa lança um edital para que as editoras inscrevam suas obras, vale ressaltar que há parâmetros norteadores no edital, a fim de que os materiais se adequem. Após o período de inscrição, dá-se início a avaliação dos materiais. Nesse momento, é mobilizada uma equipe de profissionais especializados para averiguar se os requisitos foram cumpridos e, além disso, fazer uma resenha para compor o Guia do PNLD. É nessa etapa que os especialistas também escolhem as coleções que serão recomendadas pelo programa.

Após a seleção e a produção das resenhas, o FNDE disponibiliza o Guia completo no seu *website* para que os professores selecionem a coleção que melhor se adequa os objetivos de sua escola. Neste processo, a equipe pedagógica recebe uma senha de acesso, por meio da qual ela poderá fazer o pedido. Em seguida, o FNDE entra em contato com a editora da coleção requisitada para que se inicie a produção. Os autores Souza et al. (2011, p.3) ainda ressaltam que “o livro deve ser reutilizado, por três anos consecutivos” o que nos leva a entender que “a cada três anos surgem dois editais que geram assim dois guias”.

Após todos esses procedimentos, o material chega em sala de aula e passa a mediar o processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, o professor precisa apropriar-se deste artefato para atingir os objetivos da aprendizagem (LOUSADA, 2020, p.70). Lousada (2020, p. 70) ainda afirma que “a situação de elaboração de material didático corresponde à criação de artefatos-instrumentos para o trabalho educacional”.

Para entender melhor quais temas diversos precisam compor as coleções, o PNLD em seu Guia de língua portuguesa de 2018 propõe alguns princípios que orientam a criação dos materiais. Em suma, são eles: a promoção positiva da imagem da mulher; abordagem não sexista de gênero; superação de toda e qualquer forma de violência; a promoção dos direitos humanos; a valorização da diversidade em meio às práticas pedagógicas; promoção positiva da imagem de afrodescendentes; a valorização da cultura e história indígena e afrodescendente e sua participação nos saberes sociocientíficos; abordagem de temáticas justas, igualitárias e antirracistas (Brasil, 2018, p. 12).

Nota-se que tais temas são coerentes com a atual sociedade e nos remetem aos temas transversais (ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, meio ambiente e saúde). Todas essas diretrizes já instituem os PCNs e nos possibilitam entender a importância do tratamento de tais assuntos em sala de aula.

Ainda nos PCNs, é possível encontrar instruções acerca da escolha do material didático. É recomendado que haja diversidade nos materiais e que o professor recorra à outras fontes também, como revistas, jornais etc. Apesar disso, o documento ainda ressalta que “o livro didático é um material de forte influência na prática de ensino brasileira” (BRASIL, 1997, p. 67).

Portanto, é inegável a importância do material didático em sala de aula, visto que sua produção é pautada em questões previamente pensadas por especialistas da educação com o intuito de promover o desenvolvimento de competências e habilidades socioemocionais. Apesar de um crescente questionamento sobre uso de determinados manuais, faz-se importante ressaltar que após diversas análises, coleções específicas e selecionadas adentram a sala de aula com o propósito de promover uma educação de qualidade.

3.2. O livro didático como objeto cultural

É fato que os materiais didáticos compõem o ambiente escolar. Escolas públicas e privadas adotam coleções de livros anualmente a fim de torná-los norteadores da prática docente. Desta maneira, o material é encarado como um mediador no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula (TAGLIANI, 2011, p.137), visto que, muitas vezes, o professor pauta sua atuação em atividades propostas pelo manual. De acordo com Rangel (2015, p.17-18), o uso dos livros ainda é questionável, uma vez que muitos o consideram como limitadores da prática docente e de iniciativas originais. Ainda assim, é inegável a importância da presença do manual em sala de aula. Dispensar o uso do livro não me parece conveniente, pois, ainda que alguns deles restrinjam a atuação docente, sua utilização é norteadora e facilitadora em diversos momentos. Cabe ao professor pontuar a conveniência do material de acordo com o conteúdo que se deseja ensinar.

Além de ser concebido como um mediador, o livro também é compreendido como um objeto cultural e um documento histórico. Isso porque as inúmeras coleções são sempre atualizadas mediante às necessidades e mudanças sociais. Segundo Soares

et al. (2011, p. 50) “é necessário perceber o livro didático como sendo um objeto cultural, tendo em vista o fato deste ser a obra de seu tempo e referenciá-lo em sua internalidade, trazendo consigo imagens idealizadas, fruto de usos e produção”.

Mediante isso, percebemos que, ao tratá-lo como um objeto cultural e histórico em sala de aula, o material assume um caráter não só de mediador, mas também de documento direcionador de perspectivas de acordo com questões espaço-temporais a partir das quais ele é produzido. É válido considerar que suas instâncias de produção - as quais serão especificadas posteriormente – passam por instituições como Estado, escola e editoras, de modo a difundir no manual suas necessidades individuais. Um exemplo disso é a demanda editorial que tende a exigir livros didáticos mais iconográficos para “chamar a atenção” de crianças e adolescentes (FERRARO, 2011, p. 14-15).

É importante também perceber que esse livro que é produzido é fruto de um diálogo entre quatro personagens: O Estado, professores, editoras e a própria sociedade. Dessa forma nota-se que o que é formulado no livro didático obedece a um consenso que irá variar de acordo com o tipo de cidadão que a sociedade irá pedir, claro que mediante o aval dessas instituições que emanam poder. Assim, o livro didático se integra à vida do aluno, tornando-se, em parte, um “código de conduta” elaborado de forma sutil e que irá gerir toda uma cultura do que é ser cidadão, obedecendo às relações com o tempo em que esse “código” é criado (SOARES e SOUZA, 2011, p.6).

Portanto, por se tratar de requisitos ligados à produção do livro didático, as demandas das instituições tornam-se estruturais e inerentes ao material, já que são elas que norteiam o conteúdo. Nesse contexto, infere-se que a produção do material didático precisa se embasar em tais exigências e que é impossível criar um material à parte delas. Kazumi Munakata afirma que “o ideológico do livro didático se encontra para além dos eventuais lapsos conceituais e éticos que possa conter; ele lhe é estruturante, na medida em que esse material é um dos dispositivos fundamentais da educação escolar” (2007, p. 124).

Neste sentido, entendemos que todas as demandas corroboram para que o material contenha conteúdos relevantes no processo de ensino e aprendizagem. Não se trata de simples textos desconexos, mas de uma coleção previamente elaborada e intencional, que apresenta determinadas perspectivas sob a condição espaço-temporal em que o material é produzido. Ainda no texto citado anteriormente, Gimeno Sacristán (s.d., apud Munakata 2007) afirma que

Por trás do “texto” (livros, materiais, suportes vários”, há toda uma seleção cultural que apresenta o conhecimento oficial, colaborando de uma forma decisiva na criação do saber que se considera legítimo e verdadeiro, consolidando os cânones do que é verdade e do que é moralmente aceitável. Reafirmam uma tradição, projetam uma determinada imagem da sociedade, o que é a atividade política legítima, a harmonia social, as versões criadas sobre as atividades humanas, as desigualdades entre sexos, raças, culturas classes sociais; isto é, definem simbolicamente a representação do mundo e da sociedade, predispõem a ver, pensar, sentir e atuar de certas formas e não de outras, o que é o conhecimento importante, porque são ao mesmo tempo objetos culturais, sociais e estéticos. (MUNAKATA, 2007, p.137).

Por se tratar de um mediador em sala de aula, nota-se a força e relevância das representações expostas neste objeto cultural se tomadas por verdades indubitáveis. Por isso, é válido ressaltar que os manuais estarão sempre sujeitos a alterações, já que a sociedade está em constante mudança que afetará as condições espaço-temporais em que o objeto é produzido.

Não podemos deixar de afirmar que o material didático é, acima de tudo, responsável por difundir conhecimentos escolares, ou seja, aqueles inscritos no âmago de cada componente curricular. Contudo, é imprescindível considerar a ideologia presente nos textos, já que as atuais políticas visam implementar a transdisciplinaridade por meio de temas transversais, os quais complementarão a prática docente e ampliarão a perspectiva em sala de aula para além dos muros da escola.

Sabe-se que a escola atual visa formar cidadãos emancipados, com autonomia para pensar e lidar mediante diversas situações. É nesse contexto que o material escolar deve entrar, assumindo o papel de mediador do ensino e da aprendizagem, mas também partindo do pressuposto de que ele também é um objeto cultural que dará margem para que o indivíduo em situação de aprendizagem compreenda as mais diversas questões que envolvem o mundo, e como elas se entrelaçam ao conhecimento escolar.

4. Metodologia

Para a realização deste trabalho, foi selecionado um livro de língua portuguesa utilizado pelos 8º anos da rede pública de ensino nos anos de 2017, 2018 e 2019. A análise, contudo, foi feita no capítulo 3 da quarta unidade, onde há um texto e exercícios intitulados como “Sociedade Plural”. Essa seleção foi feita de modo a evidenciar a transversalidade por meio da ética e pluralidade cultural, já que o tema do capítulo condiz com um dos temas transversais.

O material didático foi publicado pela Editora Saraiva em 2015, selecionado pelo Ministério da Educação e disponibilizado pela PNLD. Neste trabalho, vamos analisar criticamente o *corpus* a fim de entender como a ideologia permeia textos, exercícios e reflexões propostas pelo material didático.

Toda a análise será respaldada por conceitos da Semântica do Discurso. Foram observados o contexto, a seleção lexical feita pelos autores e questões pragmáticas, assim como apontam as categorias da semântica do discurso. Tais categorias, Conforme Van Dijk (1997) e citado por Cano e Carreira (2006), entendemos que:

- Lexicalização: trata-se da escolha do léxico nos enunciados;
- Proposições: propriedades tendenciosas que representam o mundo a partir de uma única perspectiva ou posição;
- Coerência local: é a construção de um referente por meio das relações que as proposições estabelecem entre si;
- Implicações: processo cognitivo em que o receptor infere significados com base em conhecimentos partilhados;
- Movimentos semânticos: as relações entre as proposições podem ser estratégicas, com o intuito de salvaguardar aparências, persuadir etc. alguns posicionamentos;
- Nível de descrição: a forma como as coisas são descritas, podem demonstrar o caráter ideológico do discurso. O que é relevante ou irrelevante em uma descrição revela o interesse ideológico do grupo que se expressa;

- Pressuposição: conjuntos de conhecimentos culturais informais que dão significado ao discurso.

Há outros conceitos propostos pela semântica do discurso. Contudo, aqui, nos ocuparemos de observar apenas os tópicos aqui explanados.

Acreditamos que a partir de tal análise entenderemos como a ideologia está presente na sala de aula através dos materiais didáticos e se, de fato, é possível promover um ensino sem qualquer ideologia.

5. A análise do livro didático

Para a realização da análise, foram separados os exercícios 1, 2 e 3 do livro de língua portuguesa utilizado pelos 8º anos da rede pública de ensino. O livro foi aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), produzido pelos autores William Cereja e Thereza Cochar e publicado pela editora Saraiva no ano de 2015. Apesar do ano de publicação, o material foi utilizado nos anos de 2017, 2018 e 2019. Neste trabalho, vamos analisar separadamente o corpus dos exercícios 1 e 2 do 3.

5.1. Análise um: Atividades 1 e 2

O capítulo 3 tem como título “Sociedade plural”, o qual está diretamente ligado ao tema transversal “pluralidade cultural” e, portanto, espera-se que sejam tratadas temáticas voltadas à diversidade, respeito, equidade e afins. Na sequência, o tema é introduzido por meio de um texto e de uma imagem, como mostra a figura 3

Figura 1 – Capa do livro de língua portuguesa



Fonte: do autor

Figura 2 – Índice para catálogo do livro

Português: Linguagens – 8º ano (Ensino Fundamental)
© William Roberto Cereja / Thereza Cochar Magalhães, 2015
Direitos desta edição:
Saraiva Educação Ltda., São Paulo, 2015
Todos os direitos reservados

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cereja, William Roberto
Português linguagens, 8º ano / William Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. – 9. ed. reform. – São Paulo : Saraiva, 2015.
Suplementado pelo manual do professor.
Bibliografia.
ISBN 978-85-02-62856-4 (aluno)
ISBN 978-85-02-62857-1 (professor)

1. Português (Ensino fundamental) I. Magalhães, Thereza Cochar. II. Título.

15-02773 CDD-372.6

ISBN 978-85-02-63228-8 (PDF professor)
ISBN 978-85-02-63227-1 (PDF aluno)

Em respeito ao meio ambiente, as folhas deste livro foram produzidas com fibras obtidas de árvores de florestas plantadas, com origem certificada.

Índices para catálogo sistemático:
1. Português : Ensino fundamental 372.6

Gerente editorial M. Esther Nejm
Editor responsável Noé G. Ribeiro
Editores Mônica Rodrigues de Lima, Paula Junqueira, Caroline Zanelli Martins, Fernanda Carvalho
Preparação de texto Célia Tavares
Propostas de textos e atividades Norberto Lourenço Nogueira Júnior, Carolina Assis Dias Vianna
Coordenador de revisão Camila Christi Gazzani
Revisores Ana Marson, Cesar G. Sacramento, Felipe Toledo, Sueli Bossi
Coordenador de iconografia Cristina Akisino
Pesquisa iconográfica Camila Losimfeldt, Rodrigo Souza, Ana Szczypula, Juliana Prado
Gerente de artes Ricardo Borges
Coordenador de artes José Maria de Oliveira
Design Homem de Melo & Troia Design
Fotos de capa Spring, Giuseppe Arcimboldo, 1573., Diamedia/Maskot RF/Maskot, Garfield, Jim Davis © Paws, Inc. All Rights Reserved/Dist. Universal Uclick, Ikon Images/SuperStock/Glow Images
Diagramação Marcia Sasso
Edição de arte Marcos Zolezi
Ilustrações Alexandre Camanho, Estúdio Brx, Jefferson Galdino, Filipe Rocha, Estúdio Brambilla, Ricardo Dantas, Roberto Weigand, Rico
Produtor gráfico Robson Cacau Alves

732.474.009.001 **Impressão e Acabamento:** Abril Comunicações S.A. - CNPJ 44.597.052/0079-22
Av. Otaviano Alves de Lima, 4400 - Freguesia do Ó
São Paulo - SP - CEP 02909-900

O material de publicidade e propaganda reproduzido nesta obra está sendo utilizado apenas para fins didáticos, não representando qualquer tipo de recomendação de produtos ou empresas por parte do(s) autor(es) e da editora.

 **Editora Saraiva** SAC 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato
Avenida das Nações Unidas, 7221 – 1º andar – Setor C – Pinheiros – CEP 05425-902

Fonte: do autor

Figura 3 – Página 248 do livro didático



Fonte: do autor

A figura 1 (capa do livro), nos mostra um pouco do que o livro se propõe a apresentar para os alunos. Logo na capa, é possível notar os **movimentos semânticos**, em que as imagens expostas na capa estão inseridas em círculos, os quais nos remetem ao Diagrama de Venn. Esse diagrama é um sistema matemático que busca estabelecer relações entre diferentes conjuntos, por meio de círculos sobrepostos e intersecções. A **implicação** causada nesse contexto é que o material buscará estabelecer relações entre as imagens e conteúdos presentes nos diferentes círculos. Já a figura 2 (índice), foi colocada neste trabalho para que o livro didático em questão seja identificado com mais facilidade, e também para que os leitores tenham acesso aos nomes e responsáveis pela obra.

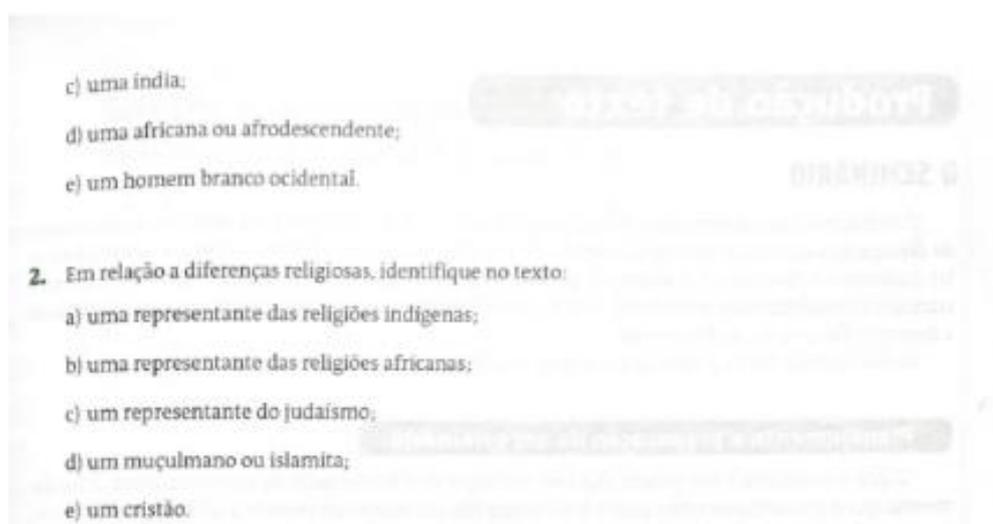
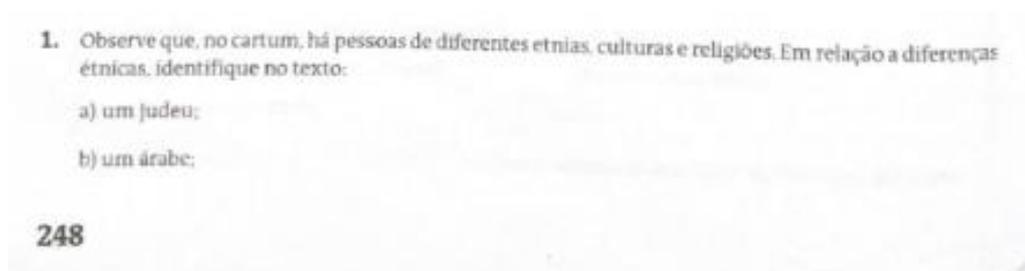
Ainda na capa, é possível notar que esse manual se propõe a tratar de temáticas justas, igualitárias e antirracistas, assim como é proposto no Guia do PNLD de língua

portuguesa, pois há um emblema do PNLD no canto inferior esquerdo. É nesse contexto, portanto, que identificamos outros movimentos semânticos, os quais nos levam a analisar o capítulo 3 (figura 3). Tais **movimentos semânticos** estão disponíveis não apenas no título do capítulo, mas também na imagem (figura 3), a qual mostra cidadãos caminhando na mesma calçada, sorrindo e cumprimentando uns aos outros.

Além dos movimentos semânticos, é possível identificar, no texto de introdução do capítulo, a **lexicalização** apontando para a ideologia dominante. O material traz frases entre aspas como “só podia ser coisa de português”, “é negro, mas tem alma de branco” as quais fazem parte de um discurso racista. Na sequência, é proposta uma reflexão: “quem nunca ouviu frases como estas?” seguida pela afirmação “nem sempre quem as fala tem a intenção de ofender ou magoar”. Por meio da **lexicalização** é possível perceber que o uso do adjunto “nem sempre” no início da frase tem o intuito de amenizar todas as afirmações usadas como exemplo, o que nos leva à **implicação**. O indivíduo leitor que, no caso, é um aluno de 8º ano, inferirá significados pautados em conhecimentos compartilhados com os autores do livro. Deste modo, verifica-se a forma com a ideologia atinge o aluno, mesmo que de forma sutil. Apesar da interferência do docente, o qual é responsável por manipular o uso do material didático, cabe aos estudantes refletirem, e eles o farão por meio das **estruturas proposicionais** oferecidas.

Na sequência, após a análise do cartum (figura 3) por parte dos alunos, eles são conduzidos aos exercícios 1 e 2. Ambas as atividades seguem o mesmo modelo de observar e responder, de forma curta e direta. Cumprindo às exigências do PNLD e dos PCNs, mais uma vez o material introduz a atividade com a afirmação: “observe que, no cartum, há pessoas de diferentes etnias, culturas e religiões”.

Figura 4 – Atividades 1 e 2



Fonte: do autor.

O exercício 1 pede que o aluno identifique no texto não-verbal, ou seja, na imagem, pessoas das etnias apontadas de “a” a “e”, são elas: um judeu, um árabe, uma índia, uma africana ou afrodescendente e um homem branco ocidental. Na **coerência local** estabelecida pela imagem e pelo enunciado da atividade é possível identificar a ideologia dominante que enreda o livro. Deste modo, percebe-se que os estudantes são induzidos a inferir significados e estabelecer proposições por meio de modelos semióticos representados na imagem, como símbolos religiosos e artigos de vestimenta.

Assim, ao realizar a atividade, o co-enunciador estudante está automaticamente aceitando a **pressuposição** do enunciador, o qual implicitamente afirma que há modelos semióticos que caracterizam determinados grupos sociais.

Sabe-se que as ideologias são cognitivas, sociais e sociocognitivas, porque elas estão presentes nos pensamentos e em grupos de pessoas. Mas é válido lembrar que a

ideologia não é **verdadeira ou falsa**. Segundo van Dijk (1994), esse caráter da ideologia leva algum grupo social que partilha da mesma ideia a criar modelos que servem para favorecer seus próprios interesses. Ou seja, se afirmarmos que há uma ideologia verdadeira e outra essencialmente falsa, estamos favorecendo uma cosmovisão e rejeitando a outra. Do mesmo modo ocorre com os exercícios 1 e 2 do livro didático. Eles promovem **implicações** baseadas em modelos semióticos e levam os co-enunciadores a pensarem que todo árabe é igual, todo índio é igual, todo cristão é igual etc., trazendo, conseqüentemente, uma visão estereotipada.

Na segunda atividade (figura 4), os estudantes devem buscar no cartum representantes de determinadas religiões. Para chegar a algumas conclusões e responder a atividade, os co-enunciadores precisarão estruturar seu pensamento por meio da **implicação** e embasá-lo em outros modelos semióticos, como o símbolo da cruz, o escudo supremo de Davi, rosa do Calvinismo etc.

No entanto, a nível linguístico, não podemos deixar de notar que o uso da palavra “representante” causa inferências estereotipadas. Tratando-se de religião, o símbolo pode ser considerado menos importante que a doutrina. Portanto, cabe ao docente responsável pela condução das atividades explicar que “ser representante” vai além de carregar algum símbolo, mas inclui requisitos como cumprir a doutrina, carregar valores e ter posicionamento específicos defendidos por aquela determinada religião.

Outra coisa que nos chama atenção na imagem é a presença de um indivíduo com a camiseta do líder político Che Guevara, porém não há nenhuma referência à posicionamentos políticos no exercício. Isso nos leva a questionar o porquê da existência daquele desenho em meio aos outros sem qualquer ligação com o movimento político, já que o estado brasileiro é laico e plural culturalmente, portanto, não está relacionado à nenhuma das religiões e nem etnias presentes no desenho.

Deste modo, através da **coerência local** percebemos que a imagem do Che Guevara estampada na roupa é elevada a um símbolo - assim como um símbolo religioso - e que, portanto, o indivíduo que o carrega é elevado ao nível de seguidor. E é nesse contexto que partimos para a segunda análise, o exercício 3.

5.2. Análise dois: Atividade 3

O terceiro exercício (figura 5) do capítulo 3 apresenta uma proposta à reflexão com base no cartum e em um texto.

Figura 5 – Atividade 3

3. Além dos grupos étnicos e religiosos, há no cartum também representantes de grupos formados em torno de ideologias. Leia o box “Che Guevara e a revolução” e levante hipóteses sobre a ideologia do homem que usa uma camiseta com a estampa de Che Guevara.
4. Todas as personagens do cartum estão caminhando na calçada e fazem um gesto umas às outras.
 - a) O que esse gesto representa? Como ele é feito?
 - b) Pode-se dizer que o relacionamento entre essas pessoas é amigável?
5. O povo brasileiro foi formado etnicamente pelo índio, pelo branco europeu e pelo negro. Mais



Fonte: do autor.

O enunciado da atividade 3 apresenta certo **grau de especificidade** ao dizer: “Além dos grupos étnicos e religiosos, há no cartum também representantes de grupos formados em torno de ideologias”. A **lexicalização** utilizada traz as palavras “representantes” e “ideologias” no plural, o que nos leva a voltar no cartum e buscar por mais de um representante de ideologias plurais. Não há quaisquer referências a ideologias políticas, apenas àquelas presentes no interior de cada doutrina religiosa simbolizada pelos indivíduos no cartum. E quanto às etnias? É inviável dizer que há ideologia em uma etnia.

Na sequência, o enunciado diz: “Leia o box ‘Che Guevara e a revolução’ e levante hipóteses sobre a ideologia do homem que usa uma camisa com a estampa de Che Guevara”. Contudo, antes de nos atentarmos a esse enunciado, cabe observar o que o box diz sobre Che Guevara.

De forma muito sucinta, o texto “Che Guevara e a revolução” (figura 5) apresenta algumas características do líder e revolucionário. No entanto, apesar de apresentar a revolução pela qual ele lutou, os alunos precisariam ter conhecimento prévio para compreender a importância de Che Guevara nesse cenário. Somente assim, ele poderia estabelecer uma relação mais ampla sobre a ideologia em questão na atividade.

Assim, de volta ao enunciado, a **lexicalização** mostra o uso “levante hipóteses”, o que é inapropriado, já que os alunos são expostos a um fragmento muito pequeno da história nesses textos. O **nível de descrição** em ambos os textos expressa o interesse ideológico no material didático, pois, se os estudantes não compreenderem os termos “Revolução Cubana” e “revolução socialista” no box da figura 5, eles não terão bases para levantar hipóteses justas, igualitárias e antirracistas – conceitos básicos impostos pelo Programa Nacionais do Livro Didático (Brasil, 2018, p. 12).

A **implicação** gerada pela ideologia dominante no livro didático nesse sentido é que, com base na imagem e na pequena descrição de Che Guevara, o posicionamento político do líder é elevado à uma crença e aqueles que coadunam com tal ideal são seguidores – assim como em um sistema de crenças religiosas.

Isso é contraditório, visto que o desenho de uma pessoa com a camisa do Che Guevara é o único que representa uma ideologia política. Não há quaisquer outras referências à política nesse texto e nem nas atividades – senão no terceiro exercício, o qual trata do tema política de modo muito superficial. Portanto, torna-se incoerente essa referência e contrasta de forma clara a ideologia dominante no material, a qual apresenta uma crítica política de forma implícita – ou, agora, explícita.

Com base nessas análises, é possível perceber que há ideologias que permeiam o material, as quais induzem os estudantes a enxergar a pluralidade cultural de forma estereotipada, por propor atividades que os levam a inferir significados por meio de modelos semióticos de linguagem. Além disso, a análise dois aponta para uma ideologia respaldada por um posicionamento político, deixando claro quais ideias dominam os enunciados do material.

A partir dessas conclusões, é possível compreender a forma como as ideologias permeiam o material didático e atingem o estudante, o qual concebe o livro didático como

objeto cultural e fonte de conhecimento. Tal fato recai na importância do professor-mediador do ensino, o qual é torna-se por conduzir o aluno ao pensamento crítico.

6. Considerações finais

Tendo em vista todos os conceitos aqui apresentados, conclui-se que o material didático analisado possui ideologias dominantes, as quais se expressam por meio de textos verbais e não-verbais. É notável que o discurso ameniza o preconceito e justifica frases como “é negro, mas tem alma de branco”, levando o aluno a inferir que elas não são sempre ofensivas.

Além disso, nota-se uma ideologia política por trás da imagem e da condução dos exercícios, os quais igualam a relação de Che Guevara e seus apoiadores ao nível de crença religiosa. Isso fica claro ao analisarmos atividades que solicitam que os alunos levantem hipóteses sobre o tema sem, ao menos, conhecerem mais profundamente quem foi Che Guevara e o que ele representa para seus apoiadores até os dias atuais.

Portanto, se entendemos que o livro didático deve mediar o ensino com base em temas transversais, diretrizes dos PCNs e do guia do PNLN, servindo de objeto cultural e histórico, entendemos também que ele deve ser livre de preconceitos e de posicionamentos políticos. Tais ideologias tendem a subjugar grupos sociais e encorajar práticas discriminadoras por parte dos alunos, os quais terão acesso, por meio do material didático, à apenas uma ideologia.

A escola é a primeira instituição responsável por expandir a perspectiva de mundo dos indivíduos, os quais adentram a sala de aula apenas com o posicionamento absorvido em sua relação familiar. Por isso, o livro didático precisa ampliar sua temática a fim de apresentar ideologias livres de preconceito, a fim de formar sujeitos críticos e ativos na sociedade.

7. Referências

- AMORIM, M. F., **Transdisciplinaridade e construção de saberes na contemporaneidade**. In: Marcio Rogério de Oliveira Cano. (Org.). Língua Portuguesa: sujeito, leitura e produção. 1ed. São Paulo: Blucher, 2016, v. 01, p. 06-16.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BONINI, S. M. P.. **A construção da identidade na perspectiva da análise do discurso**. 2008.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.
- CANO, Márcio Rogério de Oliveira. O ethos discursivo e o ensino de leitura na escola. **Espaços da textualidade e da discursividade no ensino de leitura e escrita em Língua Portuguesa**. 74. ed. São Paulo: Terracota, 2013. cap. 2, p. 37-64.
- CANO, Márcio Rogério de Oliveira; CARREIRA, Rosângela Aparecida Ribeiro. **Uma abordagem ideológica do discurso em sala de aula**. 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. "**Dicionário de análise do discurso**." Dicionário de análise do discurso. 2014. 555-555.
- FERRARO, Juliana Ricarte. **A produção dos livros didáticos: uma reflexão sobre imagem, texto e autoria**. Revista Cadernos do Ceom, v. 24, n. 34, p. 169-188, 2011.
- LOUSADA, Elaine G.; ALTER-CNP, Grupo. **Das prescrições oficiais ao livro didático: uma reflexão sobre o processo de elaboração de material didático de português**. BUNZEN J.
- MUNAKATA, Kazumi. O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação. **Ensino de História: sujeito, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2007.
- ONUMA, Fernanda Mitsue Soares. **Contribuição da análise crítica do discurso em Norman Fairclough para além de seu uso como método: novo olhar sobre as organizações**. Organizações & Sociedade, v. 27, n. 94, p. 585-607, 2020.
- PEDRO, Emília Ribeiro. **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Caminho, Lisboa: Caminho, 1997.
- RANGEL, Egon. Livro didático de língua portuguesa para a educação básica: problemas e perspectivas. **Livro didático de português: políticas, produção e ensino**. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 07-15, 2015.

SOARES, Jandson Bernardo; SOUZA, Wendell de Oliveira. **Memorial do PNLD:** Elaboração, natureza e funcionalidade. Anais eletrônicos da XIX Semana de Humanidades. Natal, 2011.

TAGLIANI, Dulce Cassol. **O livro didático como instrumento mediador no processo de ensinoaprendizagem de língua portuguesa:** a produção de textos. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, vol. 11, núm. 1, enero-marzo, 2011, pp. 135-148.

